

# PROPOSIÇÕES DE LEI DA DEPUTADA MARÍLIA CAMPOS

<b>PL 1784/2015</b>	Dispõe sobre a Política Estadual de Participação Social (Peps) e o Sistema Estadual de Participação Social (Seps).
<b>PL 1829/2015</b>	Assegura o direito do uso do nome social para travestis e transexuais nos órgãos da administração pública estadual.
<b>PL 1830/2015</b>	Obriga as empresas que prestam serviço de remoção e transporte de lixo a equipar os veículos utilizados com rastreador.
<b>PL 1831/2015</b>	Cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
<b>PL 1836/2015</b>	Garante a aprovação da Lei da Saúde Ocupacional dos Servidores, prevista desde 2002.
<b>PL 2719/2015</b>	Torna obrigatórios o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante.
<b>PL 2999/2015</b>	Cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias - APA Fernão Dias - <b>AGORA É LEI 22428/2016.</b>
<b>PL 3296/2016</b>	Proíbe a exigência de uniforme para acompanhantes de frequentadores dos clubes recreativos no âmbito do Estado.
<b>PL 4332/2017</b>	Estabelece o regime de cotas raciais no serviço público para o ingresso de negros no Curso Superior de Administração Pública da Fundação João Pinheiro.
<b>PL 678/2015</b>	Assegura a licença adotante de 180 dias no serviço público estadual, inclusive aos homens adotantes, heterossexuais e homossexuais.
<b>PL 679/2015</b>	Assegura a licença paternidade de 30 dias no serviço público estadual.
<b>PL 689/2015</b>	Assegura a publicização e o acesso a dados relativos à condição da mulher no Estado e dá outras providências.
<b>PL 690/2015</b>	Assegura cotas de 20% para ingresso de negros, negras e afrodescendentes no serviço público estadual.
<b>PLC 29/2015</b>	Implanta percentual mínimo de 70% para a aposentadoria por invalidez proporcional (doenças menos graves), conforme recomendação federal.
<b>PLC 4/2015</b>	Concede licença-maternidade, à conta de recursos do Poder Público, para servidora ou servidor efetivo que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção.
<b>PLC 6/2015</b>	Reconhece a dependência homoafetiva no serviço público estadual, estendendo aos parceiros do mesmo sexo na previdência (o direito à pensão por morte), e na saúde (a assistência médica do IPSEMG).
<b>PLC 5/2015</b>	Extingue a aposentadoria especial dos deputados estaduais - <b>AGORA É LEI 140/2106.</b>